

Convenção Coletiva de Trabalho 2008 / 2009

SUSCITANTE: SINDICATO DOS PSICOLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINPSI-SP, entidade sindical profissional, com sede na Rua Arruda Alvim, 391, São Paulo, SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 43.140.789/0001-99.

SUSCITADO: SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDHOSFIL, entidade sindical patronal, com sede na Rua Líbero Badaró, 158, 6° andar, São Paulo, SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.588.630/0001-91.

Entre as partes supra aludidas, fica estabelecida a presente Convenção Coletiva de Trabalho, que ora pactuam, nas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª: Correção Salarial

Fica estabelecido o reajuste salarial de 7,15% (sete por cento), a ser concedido em 2 (duas) parcelas, da seguinte forma:

- a) Correção do salário a partir de 1° de outubro de 2008, no percentual de 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento), incidente sobre os salários de 1° de janeiro de 2008.
- b) Correção do salário a partir de 1° de janeiro de 2009, no percentual de 7,15% (sete inteiros e quinze décimos por cento), incidente sobre os salários de 1° de janeiro de 2008.

Parágrafo primeiro: serão compensadas todas as antecipações legais, convencionais ou espontâneas, concedidas no período revisando, conforme Instrução Normativa n° 1, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo segundo: as eventuais diferenças serão pagas na folha de pagamento de janeiro de 2009.

Cláusula 2ª: Piso Salarial

I. A partir de **1° de outubro de 2008**, o piso salarial será assim disposto:

- a) Para a capital de São Paulo e os municípios da Grande São Paulo: R\$ 1.476,00 (hum mil quatrocentos e setenta e seis reais);
- b) Para os municípios do Interior do Estado de São Paulo: R\$ 1.239,50 (hum mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

II. A partir de **1° de janeiro de 2009**, o piso salarial será assim disposto:

a) Para a capital de São Paulo e os municípios da Grande São Paulo: R\$ 1.528,00 (hum mil quinhentos e vinte e quatro reais);

b) Para os municípios do Interior do Estado de São Paulo: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Parágrafo único: sobre o piso salarial não haverá incidência dos percentuais previstos na cláusula primeira (Reajuste Salarial).

Cláusula 3ª: Salário Substituição

Fica garantido ao psicólogo substituto o mesmo salário percebido pelo psicólogo substituído, enquanto durar a substituição, sem considerar as vantagens, desde que haja a substituição por mais de noventa dias.

Cláusula 4ª: Admitidos após a data base:

Aos admitidos após a data base será aplicado proporcionalmente o percentual do índice acumulado vigente desde a data da admissão até 31/08/09.

Cláusula 5ª: Horas Extras

As duas primeiras horas diárias, excedentes da jornada legal ou convencional, terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as demais de 100% (cem por cento).

Parágrafo primeiro: Fica facultada aos empregadores a utilização do sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula.

Parágrafo segundo: Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão ou efetivo pagamento.

Cláusula 6ª: Adicional Noturno

O adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim consideradas as compreendidas entre as 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, será de 40% (quarenta por cento), sobre o valor da hora normal.

Cláusula 7ª: Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho dos Psicólogos obedecerá à legislação vigente.

Parágrafo único: é permitida a contratação de jornada inferior, com pagamento de salário proporcional ao número de horas contratadas, através de contrato escrito, firmado entre psicólogo e a empresa.

Cláusula 8ª: Férias Coletivas ou Individuais

O início das férias coletivas ou individuais não pode coincidir com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados.

Cláusula 9ª: Creche

As empresas que não possuem creche própria ou convênio creche, concederão auxílio creche à título de reembolso, no valor de R\$ 110,18 (cento e dez reais e dezoito centavos) mensais, por filho, às empregadas mães com filho de até seis anos de idade. Quando o convênio creche distar do estabelecimento de serviço de saúde mais de 500 metros, as empresas colocarão à disposição da empregada mãe condução para ida e volta, para levar as crianças no percurso entidade-creche-entidade. Se não houver possibilidade de o empregador fornecer a condução retro aludida, a empresa deverá proceder ao pagamento do auxílio creche, na forma acima estabelecida.

Parágrafo único: a documentação exigível das empregadas para o recebimento do auxílio creche, será certidão de nascimento do filho; carteira de vacinação e declaração semestral de próprio punho firmando o direito de guarda e a dependência econômica da criança.

Cláusula 10ª: Licença maternidade e adoção

Serão concedidas as licenças maternidade e adoção, na forma definida na lei vigente.

Cláusula 11ª: Licença Paternidade

As empresas assegurarão aos psicólogos, a título de licença paternidade, a licença remunerada de 5 (cinco) dias consecutivos, quando do nascimento de filhos.

Cláusula 12ª: Cesta Básica

Os estabelecimentos de serviços de saúde situados em bases territoriais, onde a categoria preponderante tenha o benefício, concederão, mensalmente, uma cesta básica de alimentos, com a mesma composição da fornecida à categoria preponderante e nos prazos fixados pela mesma.

Cláusula 13ª: Auxílio Funeral

No caso de falecimento do psicólogo, o empregador pagará à família do mesmo, o equivalente a 100% (cem por cento) do salário normativo na data do evento.

Cláusula 14ª: Estabilidade ao afastado por doença

O empregado afastado do trabalho por doença tem estabilidade provisória até 30 (trinta) dias após a alta médica.

Cláusula 15ª: Estabilidade para acidente de trabalho

Fica assegurada aos psicólogos que forem vitimados por acidentes de trabalho, estabilidade em conformidade com o artigo 118, da Lei nº 8.213/91.

Cláusula 16ª: Estabilidade às vésperas da aposentadoria

a) Fica assegurada a garantia de emprego ou salário aos psicólogos que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria especial ou proporcional e que contem com um mínimo de três anos de trabalho na mesma empresa, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade.

b) Fica assegurada a garantia de emprego ou salário aos psicólogos que estiverem a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria especial ou proporcional e que contem com um mínimo de cinco anos de trabalho na mesma empresa, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade.

Parágrafo único: os psicólogos deverão notificar a empresa por escrito de que possuem tal condição, no ato da aquisição do direito da estabilidade, devendo comprovar o alegado em noventa dias.

Cláusula 17ª: Carta aviso/justa causa

Ao empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser entregue pelo empregador carta aviso, com os motivos da dispensa, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

Cláusula 18ª: Atestados médicos, odontológicos e psicológicos

Reconhecimento pelas empresas de atestados de saúde, conforme a descrição de profissionais de saúde estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, dos ambulatórios do SUS (Sistema Único de Saúde), INSS e convênios privados ou oferecidos pelas empresas.

Cláusula 19ª: Comprovante de pagamentos

Será fornecida pela empresa, comprovante de pagamento, com a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS, bem como o cargo/função exercido.

Cláusula 20ª: Fornecimento de relação nominal

As empresas deverão fornecer ao Sindicato Suscitante relação nominal dos psicólogos, contendo inclusive as informações sobre as contribuições sindicais.

Cláusula 21ª: Uniformes

O uniforme será fornecido obrigatoriamente pelo empregador aos psicólogos quando exigidos pelas empresas na prestação de serviços ou quando exigidos pela própria natureza do serviço.

Cláusula 22ª: Forma de pagamento dos salários

As empresas que não efetuarem o pagamento dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para o recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando coincidam com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição.

Cláusula 23ª: Aviso Prévio

a) Para empregados com menos de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, será concedido, além do prazo legal, aviso prévio de um dia por ano de serviço prestado à empresa, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias.

b) Para os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de um ano de casa, será concedido aviso prévio de quarenta e cinco dias.

Parágrafo primeiro: os primeiro trinta dias do aviso prévio serão trabalhados, se assim desejar o empregador. Os dias excedentes a trinta serão sempre indenizados.

Parágrafo segundo: para efeito de cálculo das verbas rescisórias, será computado o reflexo do aviso prévio somente em relação aos primeiros trinta dias.

Cláusula 24ª: Multas

a) em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas na presente convenção, a parte infratora pagará ao prejudicado multa de 1% (um por cento) do menor salário da categoria, exceção feita às cláusulas que contenham multa específica.

b) os empregadores pagarão a multa de 0,5% (meio por cento) do valor devido ao dia, até o 5º (quinto) dia útil após o vencimento do prazo legal, sendo que, do 6º (sexto) dia em diante, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), caso não satisfaçam nos prazos previstos em lei os salários, as gratificações natalinas, a remuneração ou abono de férias..

c) observando-se as limitações do Código Civil vigente.

Cláusula 25ª: Representação sindical

As empresas reconhecerão o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, como único representante dos psicólogos nesta base territorial.

Parágrafo único: a legitimidade de representação por um novo sindicato, somente será possível caso seu arquivamento no Arquivo das Entidades Sindicais não sofra impugnação e, também, se houver manifestação objetiva e expressa da maioria dos membros da categoria na base territorial em disputa.

Cláusula 26ª: Quadro de avisos

Será garantido ao Sindicato a utilização de quadro de avisos da empresa, para notificar assuntos exclusivos da categoria profissional.

Cláusula 27ª: Contribuição assistencial

As empresas promoverão o desconto da Contribuição Assistencial no importe de 5% (cinco por cento) do salário nominal dos empregados, associados ou não, de uma só vez na folha de pagamento do mês de janeiro de 2009 em favor do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

Parágrafo primeiro: o desconto assistencial fica condicionado à aprovação por Assembléia Geral dos Psicólogos empregados em Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos, regularmente convocada pelo Sindicato Profissional, especificamente para esse fim, nos termos de seu Estatuto, em publicação do respectivo edital em jornal de grande circulação na base territorial e boletim impresso, respeitado o direito de oposição do empregado no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, consoante o Precedente nº 119, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo segundo: essa importância deverá ser recolhida em conta vinculada sem limite à Caixa Econômica Federal - Agência Jardim América nº 1597, conta corrente nº 2207-6.

Parágrafo terceiro: os hospitais se comprometem a encaminhar ao Sindicato Profissional no prazo de 30 (trinta) dias após o

recolhimento da Contribuição Assistencial, a relação de todos os profissionais pertencentes à categoria.

Cláusula 28ª: Duração e Vigência

As cláusulas ora pactuadas terão validade por doze meses, com início em 1º de setembro de 2008 e término em 31 de agosto de 2009.

São Paulo, 11 de dezembro de 2008.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Rogério Gianinni
CPF nº 013.933.298-70
Presidente

**SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS
FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

RUBENS TRAVITZKY
CPF nº 137.111.308-44
Presidente